

**Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)**



**Produção,
Comunicação
e Representação
do Conhecimento
e da Informação**

Atena
Editora

Ano 2020

**Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)**



**Produção,
Comunicação
e Representação
do Conhecimento
e da Informação**

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P964 Produção, comunicação e representação do conhecimento e da
 informação [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da
 Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-81740-14-6
 DOI 10.22533/at.ed.146201302

1. Comunicação social. 2. Computadores e civilização.
 3. Tecnologia da informação. I. Silva, Marcelo Pereira da.

CDD 303.483

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra joga luz sobre questões cruciais para a composição e consolidação dos estudos da comunicação, da representação do conhecimento e da informação, perfilando por plurifacetados universos da memória cultural, cultura informacional, mediação, sociedade de consumidores, ontologia da linguagem, design thinking, organizações, transformação social, mobilização, big data, Fake News, teoria da complexidade, etc.

A comunicação, insistimos, corresponde a processos humanos que devem ser permeados pelo diálogo, pela colaboração, pela cocriação, pelo respeito, pela afeição e pela coabitação; por outro lado, possui uma vertente técnica e tecnológica cuja necessidade é primordial para o funcionamento e a dinamização das sociedades, das relações, das conexões e da cotidianidade social em um mundo midiático no qual as dimensões humanas e tecnológicas provocam o nascedouro de pesquisas e estudos acerca das possibilidades, dos desafios, das oportunidades e dos efeitos colaterais de um tempo em que realidade on-line e off-line, muitas vezes, se confunde. Aos pesquisadores cabe a responsabilidade de responder por meio da investigação teórica e aplicada, aos problemas, dilemas e carências sociais ligados à comunicação, conhecimento e informação.

Nesse sentido, o e-book “Produção, Comunicação e Representação do Conhecimento e da Informação” enleia-se à urgência de se situarem esses campos num contexto social, econômico, político, cultural e ideológico que nos convida a (re) pensar as condições de produção e circulação de informações, o papel ambivalente das redes sociais virtuais, as imbricações das ciências da informação com outras áreas do saber, as atitudes, necessidades, os discursos e os comportamentos do sujeito contemporâneo, considerando a multidisciplinaridade/Interdisciplinaridade/transdisciplinaridade da Comunicação social.

É muito relevante para a pesquisa em comunicação, informação e áreas afins se aventarem hipóteses, se criarem objetivos e se estudarem as configurações da sociedade, reconhecendo a urgência da comunicação no oceano de informações/conteúdos propiciados pelos efeitos da midiatização pós-moderna. Autores de importantes instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa do Brasil apresentam eficientes investigações por meio de arcabouços teórico, metodológico, empírico, analítico e reflexivo que estruturam e cimentam a temática central deste e-book.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA PARTICIPATIVA E A AÇÃO DOS FÃS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL ATRAVÉS DA INTERNET	
Márcio Renan Correa Rabelo Lilian Cristina Monteiro França	
DOI 10.22533/at.ed.1462013021	
CAPÍTULO 2	17
A CULTURA INFORMACIONAL COMO BASE PARA A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	
Sara Barbosa Gazzola Luana Maia Woida	
DOI 10.22533/at.ed.1462013022	
CAPÍTULO 3	30
MEDIAÇÃO CULTURAL: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	
Alessandro Rasteli	
DOI 10.22533/at.ed.1462013023	
CAPÍTULO 4	43
BENEFÍCIOS DO DESIGN THINKING NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS INOVADORES	
Isaac Brito Roque David Vernon Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1462013024	
CAPÍTULO 5	51
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E REDES SOCIAIS: UM ESTUDO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Anthone Mateus Magalhães Afonso Sérgio Inácio Da Rosa Wania Regina Coutinho Gonzalez	
DOI 10.22533/at.ed.1462013025	
CAPÍTULO 6	68
MEMÓRIA SOBRE A MOBILIZAÇÃO DA REDE SOCIAL NA COMUNIDADE DE TRÊS CARNEIROS – PERIFERIA DO RECIFE	
Wilson Nauricio Miranda de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.1462013026	
CAPÍTULO 7	85
UM OLHAR ENTRE BIG DATA E TEORIA DA COMPLEXIDADE: ESTUDOS HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS	
Mariana Rodrigues Gomes de Mello Marta Lúcia Pomim Valentim	
DOI 10.22533/at.ed.1462013027	

CAPÍTULO 8	96
IMPACTO DA ONTOLOGIA DA LINGUAGEM NA GERAÇÃO DE PENSAMENTO CRÍTICO A RESPEITO DO PAPEL DOS PROFISSIONAIS E DOS USUÁRIOS DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	
Ana Cristina Carneiro dos Santos Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares	
DOI 10.22533/at.ed.1462013028	
CAPÍTULO 9	110
FERRAMENTAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO APLICADAS EM ORGANIZAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DE JOÃO PESSOA	
Jacqueline Echeverría Barrancos Tereza Evâny de Lima Renôr Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1462013029	
CAPÍTULO 10	122
DISCURSO CIRCULANTE E MERCANTILIZAÇÃO DA FELICIDADE: COMUNICADOR E TRABALHO EM UM MUNDO DE CONSUMIDORES	
Ana Maria Dantas de Maio Marcelo Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.14620130210	
CAPÍTULO 11	139
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE AS FAKE NEWS NO ÂMBITO DA SAÚDE	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza Lucas Capita Quarto Ademir Hilário de Souza Fábio Luiz Fully Teixeira Fernanda Castro Manhães José Fernandes Vilas Netto Tiradentes	
DOI 10.22533/at.ed.14620130211	
CAPÍTULO 12	146
FINANCIAMENTO COLETIVO ONLINE PARA POTENCIALIZAR AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL: UM MODELO DE CULTURA PARTICIPATIVA	
Larissa Gaspar Coelho Pinto Maria José Baldessar	
DOI 10.22533/at.ed.14620130212	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	161
ÍNDICE REMISSIVO	162

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E REDES SOCIAIS: UM ESTUDO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 27/01/2020

Anthone Mateus Magalhães Afonso

Doutor Em Educação. Professor Do Ensino Básico, Técnico E Tecnológico Do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Fluminense (If Fluminense), Campos Dos Goytacazes-Rj, Brasil. Líder Do Núcleo De Pesquisas Em Telecomunicações (Npt) Do If Fluminense. Amateus@lff.edu.br / Anthone.mateus@gmail.com

[Http://Lattes.cnpq.br/0038922762994119](http://lattes.cnpq.br/0038922762994119)

Sérgio Inácio Da Rosa

Doutor Em Educação. Professor Do Ensino Básico, Técnico E Tecnológico Do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Fluminense (If Fluminense), Campos Dos Goytacazes-Rj, Brasil. Sinacio@lff.edu.br / Sergioinacioiff@gmail.com

[Http://Lattes.cnpq.br/7736127947244117](http://lattes.cnpq.br/7736127947244117)

Wania Regina Coutinho Gonzalez

Doutora Em Educação. Professora Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Estácio De Sá; Professora Adjunta Da Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro – Faculdade De Educação Da Baixada Fluminense, Rio De Janeiro-Rj, Brasil. Líder Do Núcleo De Pesquisa Políticas Públicas E Gestão Da Universidade Estácio De Sá. Waniagonzalez@gmail.com

[Http://Lattes.cnpq.br/7325750865780788](http://lattes.cnpq.br/7325750865780788)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a utilização das redes sociais por quatro Organizações Não Governamentais (ONGs) que desenvolvem ações educativas no estado do Rio de Janeiro. Este trabalho faz parte do grupo de pesquisa de Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores da Universidade Estácio de Sá (UNESA) que realiza sistematicamente pesquisas no âmbito das relações entre os diferentes espaços formativos no tocante às ações educativas destinadas aos jovens em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise documental e de entrevistas semiestruturadas realizadas com os coordenadores pedagógicos nas instituições elencadas. A utilização das redes sociais ocorre tanto no intuito de ampliar a comunicação das ações educativas desenvolvidas nas comunidades e divulgadas nos sites institucionais como também para arrecadar doações. Constatou-se também a utilização das redes sociais para um acompanhamento assistemático de egressos, atividade apresentada como de grande dificuldade de execução pelas ONGs, principalmente devido à falta de recursos.

PALAVRAS-CHAVE: redes sociais; cidadania; ONG; transformação social.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the use of social networks by four Non Governmental Organizations (NGOs) that develop educational actions in the state of Rio de Janeiro. This work is part of the Research Group of Public Policies, Management and Training of Educators of the University Estácio de Sá (UNESA) that systematically conducts research in the scope of the relations between the different formative spaces in relation to educational actions aimed at young people in situations of vulnerability social. The research was developed based on documentary analysis and semi-structured interviews with the pedagogical coordinators in the listed institutions. The use of social networks occurs both in order to broaden the communication of educational actions developed in communities and publicized on institutional sites as well as to collect donations. It was also verified the use of social networks for an non-systematic follow-up of graduates, an activity presented as a major difficulty for NGOs to carry out, mainly due to a lack of resources.

KEYWORDS: social networks; citizenship; NGO; social transformation.

1 | INTRODUÇÃO

Com o objetivo de estudar as potencialidades na articulação entre espaços formais de ensino e os espaços não escolares, o grupo de pesquisa de Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores, da Universidade Estácio de Sá (UNESA¹), tem realizado pesquisas em diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) e analisado as ações educativas desenvolvidas com jovens em situação de vulnerabilidade social.

Neste trabalho serão apresentados dados de pesquisa realizada em quatro instituições localizadas no estado do Rio de Janeiro: Instituto Paulo e Estevão; Instituto Vida Plena; Obra do Salvador e Obra Social Antonio de Aquino. O objetivo principal é verificar como essas ONGs utilizam as redes sociais virtuais no desenvolvimento de suas ações.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise documental e entrevistas semi-estruturadas feitas com os coordenadores das ações educativas em cada ONG.

Para conduzir essa discussão, a próxima seção apresenta um breve histórico das parcerias público-privadas no Brasil a partir da década de 1990, seguida da caracterização das ONGs pesquisadas, suas ações educacionais desenvolvidas e as formas de utilização das redes sociais.

1 Os dados apresentados neste texto fazem parte do projeto Políticas Educacionais: as relações entre os diferentes espaços formativos, coordenado pela professora Dra. Wania Gonzalez. O estudo aborda a interpenetração dos espaços formativos no cenário educacional brasileiro e reconhece potencialidades nos espaços não formais de ensino, como uma perspectiva mais ampla da formação humana.

Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no 1º Congresso Internacional de Redes Sociais (CIReS), realizado na Universidade de Évora - Portugal.

2 | PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A implantação e desenvolvimento de ações governamentais, de cunho neoliberal, alteram o papel do Estado e colocaram em destaque as parcerias público-privadas, potencializando a participação da sociedade civil, a partir dos anos de 1990. O papel do Estado como regulador da economia e das demandas sociais foi questionado, revelando sinais de sua ineficiência, de estrutura burocrática sobrecarregada e de gastos elevados e, numa visão capitalista, desnecessários e passíveis de corte para um melhor funcionamento e maior racionalização dos recursos públicos.

Essa mudança do papel do Estado requer a reestruturação dos seus serviços, orientados pela necessidade de “transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado”, uma vez que o Estado gerou “distorções e ineficiências ao tentar assumir as funções diretas de execução. Era preciso e necessário dividir as responsabilidades, porém com mecanismos de controle e fiscalização exercidos pelo próprio Estado” (BRASIL, 1995, p. 17).

Desenvolveram-se diversos processos de descentralização, flexibilização e privatização de instituições estatais, ocasionando modificações na relação do Estado com a sociedade civil, o que implicou na invocação desta para assumir diversas funções que até então eram exercidas exclusivamente pelo poder público.

Essas mudanças começaram a ser implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a partir de uma reforma da administração pública comandada pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, o que deu origem a um documento orientador para a reforma do Estado, com vistas a fortalecer a economia de mercado. A resolução das questões sociais é entendida nesse documento como a partir do desenvolvimento do terceiro setor e do trabalho voluntariado (SILVA, 2011). Em consequência, intensificaram-se as parcerias público-privado para fomento de projetos sociais e educacionais executados por ONGs, sob fiscalização do aparelho do Estado.

Montaño (2007, p.53), ao tratar do Terceiro Setor, entende que o termo não é neutro, mas “é construído a partir de um recorte do social em esferas: O Estado o primeiro setor, o mercado o segundo setor e a sociedade civil o terceiro setor”. Esse recorte isola e torna mais dinâmico os respectivos setores; como se o político fizesse parte da esfera estatal, o econômico ao âmbito do mercado e o social se reportasse apenas à sociedade civil, num conceito de cunho exclusivamente reducionista.

O Estado deixava de ser o provedor direto de serviços como saúde, educação e seguridade social e passava a ser o regulador desses mesmos serviços, na perspectiva de transferência dos mesmos. A educação, assim como outros setores da sociedade, também sofreu os impactos dessa reforma, pois ela era “entendida como um serviço não exclusivo do Estado, portanto, passível de ser executado por instituições públicas não estatais, assim como instituições privadas, sob o ponto de vista da divisão de responsabilidade com a sociedade civil” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 55).

No campo da educação essa mudança ocorre a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – que abriu caminho aos processos educativos que ocorrem em espaços não formais ao definir logo em seu artigo primeiro a educação como aquela que abrange “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). A concepção de educação abrange um processo mais amplo, que extrapola a atuação da educação formal desenvolvida nas escolas.

As pesquisas sobre a efetividade dessas parcerias público-privadas para oferta de projetos sociais e educacionais foram então intensificadas e a utilização do termo educação não formal foi ampliada para além dos processos alternativos de alfabetização ou educação de adultos nos anos 2000. “ONGs, entidades como Sesc, Senac, Itaú Cultural, Programas Educativos e outros passam a utilizá-la no campo da atuação junto a comunidades variadas, principalmente associada à promoção da cidadania, inclusão social, etc” (GOHN, 2010, p. 13).

Convém esclarecer que adotamos, à luz de Gohn (2010), um conceito amplo de educação que envolve os campos da educação formal, não formal e informal.

Por educação formal compreende “aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados” (GOHN, 2010, p.15). É desenvolvida por professores e, por ser regulamentada em lei, se organiza de acordo com diretrizes nacionais e atesta os conhecimentos adquiridos através de certificados e diplomas.

A educação não formal é “aquela que se aprende no ‘mundo da vida’, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2010, p.16). É uma educação que não é nativa (natural ou espontânea), tal como também ocorre com a formal. Porém, sua intencionalidade e propostas não são construídas no ambiente escolar. Pode ser desenvolvida em sindicatos, igrejas, organizações não governamentais e outros espaços associativos. Geralmente é conduzida pelos educadores sociais e desenvolvida no ambiente ou comunidade dos educandos, podendo também certificar os conhecimentos adquiridos. A potencialidade deste tipo de educação é a sua contribuição para a

formação de uma nova cultura política.

Como educação informal compreende-se aquela onde os indivíduos aprendem durante o processo de socialização gerado nos relacionamentos intra e extra familiares (amigos, religião, clube, etc). “Incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Os indivíduos pertencem àqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião, etc. São valores que formam as culturas de pertencimento nativas dos indivíduos.” (GOHN, 2010, p.16). Os agentes educadores são os pais, a família, os amigos, os vizinhos, os colegas de escola ou trabalho, dentre outros. Ao contrário da educação formal e da não formal, o processo educativo não é intencional (é espontâneo) e não pode certificar os conhecimentos adquiridos.

Ao definir os objetivos de cada campo educacional, a autora afirma ainda que na educação formal, dentre outros, são voltados para o ensino e a aprendizagem “de conteúdos historicamente sistematizados, regulamentados e normatizados por leis, dentre as quais se destacam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)” (GOHN, 2010, p.18).

Em outra dimensão, a educação informal socializa os indivíduos e desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar, segundo valores e crenças dos grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento. “Trata-se do processo de socialização dos indivíduos em que os componentes herança e naturalização estão presentes” (GOHN, 2010, p.19).

Já a educação não formal, ao contrário da informal, não é herdada, é adquirida. “Ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2010, p.19). Segundo a autora, seus objetivos não são dados *a priori*, eles seriam construídos em um processo interativo, gerando um processo educativo que tem como meta a transmissão de informação e formação política e sociocultural.

De forma sucinta, Gohn (2010, p. 33) define a educação não formal como:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

Convergindo com Gohn, na defesa da educação não formal como um processo sócio-político, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, o que ela define como educação cidadã, propõe-se ainda um compartilhamento com a ideia dessa educação como social, numa perspectiva política e humanitária de assistência para socialização dos indivíduos, especialmente os que estão em situação social precária.

Não se defende a educação não formal apenas para os que estão à margem da sociedade, em situações de vulnerabilidade, mas compreende-se que a formação sócio-política aliada à profissional pode potencializar o poder de transformação de sua ação quando desenvolvida no mesmo ambiente onde vivem os indivíduos nessas condições.

Diferentemente de Gohn (2010), Sposito (2008) prefere adotar a designação “não-escolar” para se referir às ações educativas intencionais que acontecem para além do sistema escolar, uma vez que verificou vários casos de ações educativas no campo não formal com alto grau de estruturação e com bases institucionais sólidas. Segundo a autora:

A expressão “não-formal” é limitada e inadequada para designar essas modalidades diversas de oferta educativa para além do sistema escolar. Muitas dessas práticas são formais porque envolvem conteúdos, planejamentos e, também, institucionalizadas. Embora a tradição prevaleça no uso do termo, concordo com a excelente análise realizada por Brougère e Bezille (2007) que preferem trabalhar com a idéia de que o processo educativo assume formas diversas. Assim, a forma escolar seria uma forma educativa dentre outras, caracterizada pelo grau mais elevado de institucionalidade (SPOSITO, 2008, p. 95).

Outro ponto a ser considerado, compartilhando do posicionamento de Gohn (2010) e Sposito (2008), é que as dimensões escolar e não escolar, tratando da educação formal e não formal especificamente, não devem ser vistas de forma concorrente, mas sim como algo que se relaciona e até se complementa em algumas situações. Sposito (2008, p. 84), assume a perspectiva

de análise empreendida por Manuela Du Bois Reymond que afirma: “A reflexão sobre a educação não formal é também, por definição, uma reflexão sobre a educação formal. Todas as medidas e políticas concernentes à educação não-formal afetarão no longo prazo a educação formal” (Reymond, 2003, p. 2), ou seja, as duas modalidades de oferta educativa de algum modo estão em processo de interação mesmo que ações muitas vezes privilegiem apenas um dos pólos.

Sposito (2008) traz ainda em sua pesquisa um diagnóstico importante para o entendimento e estabelecimento de práticas e estratégias aplicadas à educação profissional, seja nos espaços formais ou não formais de ensino. Segundo a pesquisadora, os jovens convivem com o mundo do trabalho ao mesmo tempo em que convivem com o ambiente escolar e, apesar da expansão do sistema escolar, estão muito mais próximos do mundo do trabalho do que das instituições educativas. A oferta de educação em ambientes não escolares tendem então a apresentar êxito maior quando convergem para os anseios desses jovens no ingresso no mundo do trabalho, de modo que não abandonem seus cursos na presença de qualquer adversidade.

Outra contribuição importante no campo do desenvolvimento de ações

educativas em espaços não formais ou não escolares vem do campo da pedagogia social. De acordo com Caliman (2010), é grande o potencial de intervenção através de ações educativas nas situações cujas realidades emergem de pedidos de ajuda, de solidariedade e de orientação. No entanto, essa intervenção

[...] deve ser preventiva, para que as pessoas, sobretudo as mais jovens, cresçam de modo sereno e equilibrado. A ação preventiva se dá através da educação que, extrapolando os limites das salas de aula, se desenvolvem por meio de atividades culturais, de ocupação do tempo livre: esporte, lazer, música, teatro, ritmo, expressão e arte etc (CALIMAN, 2010, p. 357-358).

A educação não formal assume então um importante papel no desenvolvimento da inclusão social, historicamente delegado às escolas, à educação formal. Segundo Caliman (2010), os espaços formais também são indispensáveis nessa tarefa, mas não são únicos nem suficientes. E ainda afirma:

Os processos educativos têm sido sempre centralizados, no Brasil, naqueles relacionados ao sistema escolar. A demanda emergente das necessidades sociais, especialmente aquelas referentes à infância e à juventude trouxe à tona outros processos educativos igualmente significativos e influentes. Em muitos casos a população socialmente excluída, em particular crianças, adolescentes e jovens, encontra em organizações sociais e outros ambientes não formais o apoio indispensável para superar as suas condições de exclusão (CALIMAN, 2010 p. 345).

No campo da educação profissional, Manica e Caliman (2010) defendem um processo que vai além de educar para o conhecimento técnico e tecnológico que é trabalhado nas escolas formais. Além desses conhecimentos, deve visar à transformação social e à promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício da cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade.

Segundo Manica e Caliman (2010, p. 45), os ambientes tidos como não formais,

[...] exigem um planejamento diferenciado, um querer pedagógico. Proporcionam um desafio constante do educador que assume a função de fazer uma educação para alunos que vivem em situações diferentes das dos alunos que têm suas necessidades atendidas. Esse tipo de metodologia exige um educador que alie seus conhecimentos teóricos e didáticos ao conhecimento da pedagogia social, que crie seu próprio método de acordo com o que vai ensinar, necessitando escolher a que sistema deseja servir e qual sua postura nessa escolha: manutenção ou transformação social.

As ações educativas nesse campo devem ser diferenciadas das desenvolvidas na educação formal: devem ser voltadas para as particularidades da rede social atendida, com metodologia e materiais próprios, de modo a atrair e incluir o público-alvo desejado.

E é nesse cenário pós década de 1990, descrito de forma breve nessa seção, que as ações educativas são desenvolvidas nas ONGs brasileiras pesquisadas. Na próxima seção serão apresentadas suas principais características, alguns pontos de aproximação e distanciamento, potencialidades, fragilidades e como se dá a utilização das redes sociais.

3 | PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS EM ONGS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

Das quatro ONGs pesquisadas no estado do Rio de Janeiro, duas estão localizadas na capital (Instituto Paulo e Estevão e Obra Social Antonio de Aquino), uma na cidade de Seropédica (Instituto Vida Plena) e outra na cidade de Campos dos Goytacazes (Obra do Salvador).

O Instituto Paulo e Estevão foi fundado em 03 de outubro de 2002 como uma sociedade civil de caráter beneficente, cultural e holístico. Inicialmente desenvolvia suas atividades na Avenida Treze de Maio, passando posteriormente, no ano de 2005, para a Rua do Senado, no centro da Cidade do Rio de Janeiro. Devido à necessidade de reformas em suas unidades, interrompeu as atividades por quase dois anos, retornando no início do ano de 2017. Sua missão é prestar serviços de assistência social, buscando a formação do homem de bem. Realiza uma série de atividades voltadas para a promoção da cidadania, atuando junto à população de rua e famílias carentes e em situação de risco.

Suas atividades são realizadas com mão de obra voluntária e recursos oriundos de doações. Realizam atividades assistencialistas para moradores de rua e ações educacionais que incluem a alfabetização de adultos, o reforço escolar, cursos de informática e de música e evangelização. O atendimento é feito desde crianças a adultos. Possui vocação e atividades ligadas à formação espírita (CERQUEIRA, 2013).

Outra instituição pesquisada na capital do estado é a Obra Social Antônio de Aquino. Trata-se de uma instituição que desenvolve atividades de assistência e promoção social, saúde e educação, cultura e lazer com a finalidade de beneficiar pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade socioeconômica em decorrência de suas condições financeiras restritas. Teve início em 1961 e é declarada como sem fins lucrativos e de filosofia moral cristã espírita. Possui três divisões para desenvolvimento das suas atividades: divisão assistencial, educacional e divisão de saúde. Atende a todas as faixas etárias: crianças, jovens, adultos e idosos em condições de vulnerabilidade. Oferece curso de pré-vestibular, creche, grupo educativo para mães gestantes (trabalhos manuais/artesanato), curso de Inglês e dois projetos voltados especificamente para crianças (Transformar e Para um futuro

melhor) (ÁVILLA, 2014).

Localizado na cidade de Seropédica, o Instituto Vida Plena é uma ONG evangélica, criada em 28 de setembro de 2011. Funciona em regime de internato e é voltada para mulheres de 18 a 58 anos com dependência química. Com o objetivo de reabilitação, são oferecidas atividades de terapia ocupacional, laborterapia, oficinas de artes, *biscuit*, corte e costura, bordado e fuxico, tapeçaria e *silk screen*, culto e oração. Atualmente possui outra unidade na mesma cidade onde oferece apoio gratuito através de equipe multidisciplinar a crianças socioeconomicamente desfavoráveis que apresentam dificuldades linguísticas (CHAVES, 2014).

No interior do estado do Rio de Janeiro, na cidade de Campos dos Goytacazes, foi pesquisada a ONG Obra do Salvador. Fundada em 21 de maio de 1987 por D. Carlos Alberto Navarro para ser instrumento de ação sócio-transformadora, é reconhecida de utilidade pública municipal, estadual e federal e vinculada à igreja católica. Destaca-se pelo trabalho com jovens em condições de vulnerabilidade social, através de parceria com o Conselho Municipal de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Fundação da Infância e Adolescência (FIA). Jovens entre 14 e 24 anos frequentam, diariamente, oficinas de iniciação profissional, de reforço escolar e atividades lúdico-artísticas com possibilidade de encaminhamento para o mundo do trabalho através do programa Jovem Aprendiz e de outras parcerias firmadas. São oferecidos os cursos de Operador de Comércio; Assistente Administrativo; Panificação; Hotelaria; Instalações e reparos domiciliares; Confeitaria; Imagem Pessoal; Descobrimo Talentos e Iniciação profissional para adolescentes (AFONSO, 2013).

As quatro ONGs pesquisadas atuam com objetivo da formação cidadã, conforme defendido por Gohn (2010), preocupadas em formar os indivíduos para a vida e promover sua inserção na comunidade, interferindo nas condições de vulnerabilidade dos educandos e trabalhando alguns valores que contribuam para sua superação. O depoimento do coordenador da Obra do Salvador destaca que os cursos ofertados são um chamariz, um atrativo para que também seja possível trabalhar outros valores importantes na formação dos educandos de modo a superar sua condição de exclusão, tal como sugerido por Caliman (2010).

Na verdade esse nome Operador de Comércio, Assistente Administrativo é tudo um chamariz. É tudo para a gente chamar o adolescente para perto da gente para a gente ter condição de trabalhá-lo, porque senão ele não vem. [...] As regras são muito incisivas aqui e os jovens muitas vezes reclamam muito, né. Mas as regras não é porque nós somos uma entidade que tem esse fundo religioso, não é por conta disso. Às vezes as pessoas começam a imaginar: Obra do Salvador, ah é porque é ligado a igreja e aí então... e não tem nada disso. Então é por isso que tem muita regra: não pode vir de bermuda, tem que vir de calça, e quando ele for trabalhar ele não vai trabalhar de bermuda. E hoje se deixar os adolescentes só usam... as roupas são todas curtas, são as calças caindo, bermuda caindo e a

gente previne essas questões. Meninos não podem usar brinco, as meninas não podem usar brincos grandes, os cabelos têm que ser bem aparados, não pode ser usado boné... E isso para adolescente é uma disciplina que eles não têm em casa. Esse tipo de disciplina não tem em casa. Então as meninas, elas realmente usam as roupas curtas em casa e se alguém da família falar ela vai ainda arrumar um namorado traficante só pra passar na cara da família. E aqui a gente consegue porque aqui a nossa grande utopia desde a gente constrói junto com eles é a inserção no mercado de trabalho, a questão de depois ter um dinheiro, poder ter aquele quarto dos sonhos que eles têm, né, porque eles gastam geralmente com isso: o quarto dos sonhos e tal... (Coordenador da Obra do Salvador).

As pessoas atendidas, por viverem muitas vezes em situações de vulnerabilidade extrema, necessitam de uma maior compreensão e entendimento de sua realidade por parte dos educadores sociais de modo que as atividades educacionais sejam compatíveis e adequadas à rede social em que estão inseridos. Essa melhor compreensão da realidade é característica determinante e fundamental das instituições que ofertam ações de educação não formal, e que consiste numa grande dificuldade do ensino formal que acaba gerando exclusão ou evasão de uma massa carente que não se sente parte daquelas atividades, pois parecem não terem sido feitas para o “seu mundo”. O depoimento da coordenadora da Obra Social Antônio de Aquino, que foi professora da rede municipal por quase 30 anos, ilustra bem essa situação:

Eu fui quase 30 anos na prefeitura como professora. Uma coisa que me irritava, que me deixava fora de mim, quando eu chegava em uma segunda-feira, após um final de semana lotado de sol, encontrar o meu aluno sujo, com a roupa suja, sabe...aquela toalha que foi na sexta-feira e que voltou do mesmo jeito...aqueles pés imundos, eu ficava mas tão perturbada com aquilo... Meu Deus como é que pode, a criança foi para casa e ninguém viu, ninguém pegou a roupinha da criança para lavar, para mim isso é uma coisa tão simples, você pegar a roupa de uma criança lavar, nossa... porque... mas depois que eu vim trabalhar aqui, eu comecei a entender a cabeça dessas pessoas, até porque como eu sou espírita e eu tenho uma visão não somente do hoje, mas do ontem também e a gente sabe que a gente tem é... Eu já construí, como pessoa, como espírito imortal, eu já construí tantas coisas dentro de mim e tenho tantas coisas por construir e essas pessoas, muitas delas, ainda nem começaram o seu projeto de construção. Então, como posso exigir que a pessoa tenha uma coisa, ter uma coisa, que nem ela tem. Então, é difícil para pessoa, então... aí eu me via criticando, não, não é por aí... não que você vai compactuar achando que ela está certa... a gente chama a atenção, se você puder, se você conseguir, você orienta, você dá aquela coisa, mas a gente começa a entender. E às vezes você pensa, não cara vou dar um curso de informática para aquelas mulheres, elas precisam... Não vou dar um curso de cabeleireiro, vamos fazer... Porque a nossa cabeça, ela funciona assim. A gente não está errado, nós não estamos errados... Mas no momento o que elas precisam não é isso. Elas precisam de repente saber como se faz uma higiene íntima, não sabem... Uma mulher que até já tem relações sexuais, não sabe fazer uma higiene. Ela não sabe de repente é... Gerenciar a casa dela, gerenciar uma cozinha, são coisas assim, como não? Porque ela não aprendeu, ela viveu sempre naquele burburinho, naquela confusão... Aquilo foi construído... entendeu? (Coordenadora da Obra Social Antônio de Aquino).

As atividades educativas são ministradas no contraturno escolar em todas as ONGs, com exceção das ações realizadas no Instituto Vida Plena que funciona em regime de internato (destinado à recuperação de mulheres com dependência química). Todas que oferecem atividades no contraturno mencionaram que de alguma forma realizam o acompanhamento do desenvolvimento escolar dos seus educandos e, em alguns casos, utilizam essas informações como pré-requisito para participação em algumas atividades educativas, sociais e assistenciais. Trata-se de um ponto claro de cooperação entre a educação não formal e formal em busca da melhoria do resultado desta através de exigências daquela.

Segundo os coordenadores, os alunos apresentam resultados claros de melhora no ensino formal a partir das atividades desenvolvidas na educação não formal, nos projetos desenvolvidos nas ONGs. E essa melhora do aprendizado não está ligada apenas ao reforço escolar oferecido, mas também a outras atividades acadêmicas e de acompanhamento médico e psicológico.

Foi bem na prova, né. Tá melhorando, Tá conseguindo participar mais da aula, né. Igual esse menino que faz aula agora. Ele "ah! detesto matemática". "Entendo nada". "Não sei o que". Agora ele já fala: "Poxa, estou conseguindo acompanhar a aula". Entendendo o que a professora está falando. Porque às vezes não é nem que a criança tenha dificuldades, que ele perdeu ali o momento e ficou prá trás e o tempo foi passando, e ele ficou entendeu? Às vezes, você pega, dá um empurrãozinho assim, ensina aquilo direitinho para a criança, ela vai embora. Então, o retorno as próprias crianças trazem, entendeu, a gente pede que sempre que possível trazer os boletins pra a gente ter estes registros, né. Eles trazem os relatos. A aula de inglês, por exemplo, as meninas também tinham muita dificuldade. E hoje já falam que tem uma facilidade maior na escola, entendeu? Que as aulas aqui ajudam. É... a leitura, a concentração. Tem o outro garotinho que é muito agitado. Ele vem melhorando bastante, a questão da concentração, entendeu? (Coordenadora do Instituto Paulo e Estevão).

Na Obra Social Antônio de Aquino, a coordenadora ressalta que eles desenvolvem ações assistenciais, mas que vinculam a essas ações a obrigatoriedade dos atendidos se matricularem em um dos cursos disponíveis. E nesses cursos são desenvolvidas possibilidades de geração de renda para que os atendidos progridam e consigam deixar a condição de vulnerabilidade que se encontram.

Essa questão educativa já começa na promoção social, por que na promoção social é... elas mensalmente tem a obrigação de se matricular em um curso... [...] Então temos esses grupos educativos. Temos os grupos de trabalhos manuais, temos idiomas, assim, dependendo as vezes, alguns são fixos, alguns mudam dependendo da pessoa que possa vir aplicar o curso, né... Eles estão fazendo agora culinária, agora também...é...esse cursos têm o objetivo que eles comecem a mudar a vida deles, então o Bel, que é o projeto espaço/oportunidade, ele visa dar essas meninas a partir dos 18 anos, que a gente atende, atividades que elas possam gerar renda...Então, por exemplo, elas aprendem culinária, as aprendem a fazer salgadinhos...essas coisas para vender e tal e aprendem como dão preço, como é que compra, como faz a avaliação para dar o preço, para não dar um preço caríssimo ou baratíssimo, né... Para elas terem uma noção é... na costura

no crochê, no projeto, no artesanato em geral, isso tudo para que elas comecem a fazer um movimento de modificação, porque elas não vão ficar eternamente na Obra Social. Elas tem um período de 2 anos... (Coordenadora da Obra Social Antônio de Aquino).

Em relação à formação profissional, verificou-se que apenas a Obra do Salvador oferta cursos com foco nessa modalidade. São oferecidas ações de educação profissional para diferentes faixas etárias, com duração de 8 a 10 meses, com aulas de segunda a sexta-feira, com quatro horas diárias no contraturno do ensino regular dos alunos matriculados. Apenas dois dias da semana são destinados às aulas do ensino profissional, sendo os demais dias destinados às atividades lúdicas. Mas o coordenador destaca que nem todos os projetos têm como objetivo principal a formação profissional. No caso do projeto Descobrimo Talentos, por exemplo, o objetivo é de uma educação preventiva, tal como o preconizado por Caliman (2010):

Tem mais um. É o Descobrimo Talentos que é para jovens de 14 e 15 anos. É pra jovens menos maduros, para poder eles virem pra cá e terem um aproveitamento melhor, primeiro passam por aqui. Então esse aí a gente não tem muito interesse de encaminhar para o mercado não. É mais para ficar com ele para ele conseguir ficar junto, ficar perto. Pra ele se desenvolver e não precisar acessar essas mazelas sociais que estão aí muito inerentes pra eles. Então é melhor que eles fiquem perto da gente. Então aí tem bastante questão lúdica... Vou pegar aqui as atividades para esse curso. Esse tem confeitaria e salgados, imagem pessoal. Imagem pessoal é dentro dessa ótica de cuidar de toda sua auto-estima: unha, cabelo, maquiagem, tudo. Cabelo, pele, unha. Depilação. Acaba saindo com um ofício, se precisar algum dia, né. Se precisar ganhar dinheiro. Além de confeitaria e salgados que muitos jovens nossos, muitas famílias já contam história pra gente que eles fazem em casa, pra família. Aprendem receitas. Toda receita é copiada no caderno para poder estimular... Tudo com bastante coisa por trás, inerente à metodologia que a gente já assume. Nesse aí também tem a Tetralização Circunstancial que todos os alunos fazem. [...] Tetralização Circunstancial que já é uma base de Celso Antunes. Que é trazer para quatro paredes tudo o que acontece no seu dia a dia. Então ali se discute drogas, se discute sexo, discute namoro, se discute religião, se discute tudo. Discute política, cidadania, direitos, deveres, baderna, bagunça, grêmio estudantil. Ali se discute tudo de Tetralização. Se discute humor, se discute tudo que aquele grupo precisa ser discutido, que ele está precisando (Coordenador da Obra do Salvador).

Na Obra do Salvador todos os cursos possuem plano de ensino atualizado e programação de acordo com os objetivos propostos em cada aula. Surpreende o alto grau de organização didático-pedagógica encontrado, um ponto de aproximação muito forte com os processos de educação formal, tal como fora observado por Sposito (2008) e que a levou a utilizar o conceito de educação não escolar ao invés de educação não formal que já vinha sendo amplamente utilizado por outros autores:

Há um conjunto de práticas envolvidas na idéia de educação não-formal. Adoto, provisoriamente, a designação 'não-escolar' porque muitas das propostas são fortemente estruturadas, com bases institucionais sólidas, distantes do que poderia ser consagrado tradicionalmente como o campo do não-formal (Sposito, 2008, p.

Os projetos desenvolvidos pelas ONGs são financiados por doações e, em alguns casos, com verbas públicas. No entanto, foi verificado que esse apoio financeiro público não é continuado, sendo definido geralmente através de editais. No momento da pesquisa, apenas o Instituto Paulo e Estevão não contava com financiamento público. Os demais ofertavam alguma atividade de parceria público-privada.

Além da descontinuidade de recursos públicos, foi mencionado por coordenadores entrevistados que determinadas atividades educacionais e de assistência acabam sendo interrompidas algumas vezes devido à falta de voluntários. As atividades que exigem especialização técnica, tais como psicólogos e assistentes sociais, fundamentais para o funcionamento das ONGs, ficam prejudicadas em certos momentos devido à saída de algum profissional e a dificuldade de contratação por falta de recursos, devendo aguardar então algum profissional voluntário. O depoimento da coordenadora do Instituto Paulo e Estevão retrata bem um desses casos:

Tem a assistente social, tem a psicóloga que a gente conseguiu agora no segundo semestre. Tem a fonoaudióloga que atende também de manhã. Então são estes três profissionais. Todos voluntários. É... assim, no momento tá funcionando bem, o problema as vezes é que no trabalha voluntário que as vezes você tem as pessoas e tem período que fica sem ter. O psicólogo a gente ficou dois anos tentando, buscando, e não conseguia. Porque tem muita necessidade. Você está tentando alfabetizar e ela tem uma dificuldade e precisa ter uma orientação de um profissional pra detectar o que está acontecendo com a criança que não alfabetiza né. E transtorno às vezes de comportamento. Crianças às vezes com muita agressividade. Criança que é muito calada. Não fala. Não se expressa. A gente vai buscando orientar, né. Vê se as mães trazem, prá fazer um acompanhamento. Para ir ajudando (Coordenadora do Instituto Paulo e Estevão).

Outro ponto comum entre as ONGs é a falta de previsão de recursos financeiros e de pessoal para a efetivação do acompanhamento dos egressos, trazendo uma dificuldade em observar e diagnosticar o grau de contribuição dos projetos educativos e sociais na transformação da realidade dos seus educandos. Os coordenadores entrevistados afirmaram que o acompanhamento é esporádico e que normalmente ocorre através do retorno dos alunos às instituições. Uma saída encontrada para a realização dessa tarefa de modo sistemático foi a utilização de redes sociais virtuais, como o Facebook. O depoimento do coordenador da Obra do Salvador retrata essa situação:

Até quando a gente entra no Facebook, eles chamam a gente pra conversar um pouquinho, porque tem a página da Obra do Salvador e quando a gente vai lá para atualizar alguma notícia alguma coisa, aí eles vê que tá dentro e logo acessa.

Ainda mais com essas praças digitais que estão aí **(se referindo a um projeto da Prefeitura de Campos dos Goytacazes-RJ que disponibiliza sinal gratuito de Internet Wi-Fi em algumas praças do município)** eles ficam no celular e viu quando a gente acessou eles entram pra poder comentar... perguntar... cadê fulano?... Quem é que ta falando... Mas assim, oh, o processo de acompanhamento que deveria se ter, nós temos norral **(se referindo a expertise, ao saber como fazer)** para fazer isso, mas não temos ainda financiamento para ter pessoas para fazer isso. Isso só tem que ser uma pessoa específica. Gasta-se muito, muito, muito... (Coordenador da Obra do Salvador).

A utilização das redes sociais virtuais também é uma alternativa interessante para os casos de egressos ou evadidos que residem em locais de difícil acesso ou de entrada proibida, como é o caso de muitas comunidades do Rio de Janeiro dominadas pelo tráfico de drogas e sem assistência do Estado em segurança pública. Pelos meios tradicionais de acompanhamento essas atividades seriam impossíveis, conforme destaca a coordenadora da Obra Social Antônio de Aquino:

[...] A gente até tenta, tenta acompanhar... Eles têm uma “fichinha”... Têm, Têm... na promoção social, os assistidos eles têm, cada um tem sua ficha... Com endereço... Inclusive são documentos sigilosos... Tem algumas coisas que você até pode ter acesso, mas outras coisas não. São sigilosos, porque ali, eles contam as vidas, dificuldades, problemas, então, a gente nem tem acesso a esse material, porque é a promoção que fica a cargo desse tipo de trabalho, de visitar, de ir a casa... aí a gente pede a promoção para olhar, para ver... mas existem coisas que você não tem como fazer, pessoa desapareceu, como você vai fazer? Né, isso é complicado... As vezes a pessoa está morando lá no morro de não sei aonde, não tem como também entrar (Coordenadora da Obra Social Antônio de Aquino).

As quatro ONGs pesquisadas possuem site institucional. Nenhuma delas o utiliza para atividades de ensino. Em todos os casos esses sites são mantidos como ferramenta de divulgação das informações principais da instituição, tais como objetivos, missão, endereço e telefones de contato, projetos desenvolvidos e vagas ofertadas, oportunidades de emprego e, em alguns casos, programação de eventos e processos seletivos a serem realizados.

No momento de conclusão dessa pesquisa, os sites do Instituto Vida Plena e da Obra do Salvador estavam em perfeito funcionamento e atualizados, enquanto o da Obra Social Antônio de Aquino encontrava-se disponível, mas bem desatualizado. Já o site do Instituto Paulo e Estevão, apesar de atualizado, apresentava poucas informações sobre a instituição e os projetos desenvolvidos. Constatou-se no processo investigatório certa dificuldade por parte das ONGs na elaboração, manutenção e atualização desses sites institucionais, o que requer mão de obra especializada e certo investimento. Tal dificuldade justifica a adoção de um modelo de página que não tem notícias postadas e atualizadas constantemente, o que garantiria mais dinamicidade e atratividade por essa importante ferramenta de comunicação.

A utilização mais dinâmica das notícias e eventos, com atualização frequente

parece ser opção para as redes sociais virtuais dessas ONGs. Todas possuem página no Facebook e promovem atualização mais frequente que no site institucional. O Instituto Paulo e Estevão apresenta na sua página do Facebook postagens de jovens e crianças atendidos pela ONG e também de eventos para arrecadação de donativos. A Obra Social Antônio de Aquino, além de usar a página para a mesma finalidade, disponibiliza fotos da equipe de voluntários distribuindo as respectivas doações. Encontramos na página do Instituto Vida Plena, fotos das datas comemorativas do dia das crianças e de Natal com a respectiva população de crianças e jovens atendidas pela ONG. Um diferencial das suas postagens é a veiculação de mensagens educativas sobre a relação entre pais e filhos e sobre autismo. Já a Obra do Salvador, além de utilizar o Facebook para divulgação de eventos e arrecadação de donativos, faz o acompanhamento assistemático dos seus egressos, divulga as necessidades de voluntários em determinadas áreas de atuação e as oportunidades de emprego na própria instituição e em empresas parceiras.

O depoimento do coordenador da Obra do Salvador menciona essa utilização e a opção institucional de dar preferência à contratação de ex-alunos formados em seus projetos:

Geralmente é feito um recrutamento... As psicólogas desenvolvem... e é feito em toda a mídia: jornal, rádio, televisão, Facebook, a gente chama todo mundo. Mas para participar conosco, como nós recebemos subvenção pública, não podem ser pessoas que já atuam com o público. Então não podem ser pessoas da rede pública. Porque senão geraria como se fosse hora extra. Como é uma subvenção pública, então não pode. Não pode ser servidor público. Todo mundo que vem pra cá, esse é um fator do nosso recrutamento, pra poder trabalhar na Obra do Salvador não pode ser servidor público e aí tem que estar dentro da área, tem que ter ou o, a gente opta pelos universitários, formandos ou já com o técnico. São recrutados primeiros aqueles jovens que já foram nossos e que a partir de nós já desenvolveram uma técnica ou curso técnico ou desenvolveram algum curso superior. Nós temos três hoje, atualmente (Coordenador da Obra do Salvador).

No campo das redes sociais virtuais, todas as instituições pesquisadas possuem página/cadastro apenas no Facebook, com exceção do Instituto Vida Plena que além do cadastro e utilização dessa rede ainda possui espaço no Twitter, Instagram e YouTube. No entanto, apesar de prever a utilização de todas essas redes, não foram identificadas postagens e publicações nelas, sendo disponibilizado apenas um vídeo no YouTube até a data de encerramento desta pesquisa. O Facebook continua sendo então a única rede social virtual utilizada com frequência por todas as instituições pesquisadas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado nas quatro ONGs localizadas no estado do Rio

de Janeiro, foi identificado o desenvolvimento de ações voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social; ações comprometidas com o resgate da autoestima e a inserção social dos seus participantes.

Buscamos contribuir para a identificação de práticas e ações pedagógicas que possuam uma abordagem diferenciada para formação e conscientização dos indivíduos, mediante o reconhecimento do seu direito de apropriação de condições de igualdade, para que tenham uma vida digna e consigam fazer planos e estabelecer metas para alcançar seus sonhos.

Mesmo com as dificuldades encontradas, principalmente no campo de financiamento dos projetos, as atividades educacionais e assistenciais são desenvolvidas com dedicação e empenho. Parte dos subsídios vem de parcerias público-privadas e outra parte com doações e trabalho voluntário. Em bom número, são ofertadas ações preventivas para os jovens, de modo a proporcionar um crescimento de modo mais sereno e equilibrado, conforme sugerido por Caliman (2010).

Constatou-se ainda que as redes sociais virtuais que são geralmente utilizadas para dinamizar as relações de ensino e aprendizado no ensino formal, como ferramentas pedagógicas, nos casos estudados de oferta de educação não escolar não são aplicadas no ensino: são utilizadas para proporcionar um maior engajamento e colaboração por parte dos envolvidos, reforçando e ampliando a rede social existente no entorno das instituições pesquisadas. Também são utilizadas para a realização da difícil tarefa de acompanhamento de egressos, na tentativa de verificar a efetividade das ações desenvolvidas nas vidas das pessoas atendidas. De uma maneira geral podemos afirmar que as ONGs têm a preocupação de dar visibilidade as suas ações mediante a sua publicização, principalmente através do uso do Facebook. Esta ainda é a rede mais popular entre a população atendida pelas organizações pesquisadas.

Apesar da constatação de falta de recursos e insegurança sobre a continuidade dos projetos sociais, o presente estudo ratificou a importância das instituições do terceiro setor no desenvolvimento de atividades educacionais e de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social, em complementação à educação formal ou, em alguns casos, como a única opção de milhares de pessoas que são privadas de qualquer ação pública do Estado. A participação nos projetos desenvolvidos nessas instituições muitas vezes não é opção: trata-se da única oportunidade de resgate da cidadania e transformação social por uma parte considerável da sociedade que pede socorro.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. M. M. **Práticas Educacionais Não Formais de Instituição do Terceiro Setor**. Relatório de Entrevista - Prática de Pesquisa. Rio de Janeiro: Doutorado em Educação – UNESA, 2013.

ÁVILLA, E. R. **Práticas Educacionais Não Formais de Instituição do Terceiro Setor**. Relatório de Entrevista - Prática de Pesquisa. Rio de Janeiro: Mestrado em Educação – UNESA, 2014.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995**. Revista do Serviço Público, 1999.

CHAVES, S. D. **Práticas Educacionais Não Formais de Instituição do Terceiro Setor**. Relatório de Entrevista - Prática de Pesquisa. Rio de Janeiro: Doutorado em Educação – UNESA, 2014.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, n. 23, 2010.

CERQUEIRA, L. M. **Práticas Educacionais Não Formais de Instituição do Terceiro Setor**. Relatório de Entrevista - Prática de Pesquisa. Rio de Janeiro: Mestrado em Educação – UNESA, 2013.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. SP: Cortez, 2010.

MANICA, L. E. and CALIMAN, G. Cursos profissionais na perspectiva da pedagogia social. **Boletim Técnico Senac**: a revista da educação profissional, v.36, n.3, set/dez., 2010, pp. 43-51.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. L. F. Orientações da UNESCO para a educação não formal: repercussões no contexto brasileiro. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional** (Curitiba. Impresso), v.6, 2011, pp. 103-124.

SPOSITO, M. P. Juventude e educação: interações entre a educação escola e a educação não-formal. **Educação & Realidade**, v.33, n.2, jul/dez., 2008, pp. 83-97.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 53, 110, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121

Análise de discurso 122, 123, 138

B

Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações 30, 33

Bibliotecário 32, 36, 39, 43, 47, 48, 49

Biblioteconomia 31, 35, 36, 43, 47, 49, 50, 92, 93, 145

Big data 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

C

Cidadania 51, 54, 55, 57, 58, 62, 66, 69, 103, 154

Ciência da informação 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 49, 50, 85, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Compartilhamento 2, 4, 7, 10, 11, 13, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 54, 55, 117, 129, 130, 134, 135, 140, 144, 147, 154

Consumo 3, 14, 122, 123, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 147, 156, 161

D

Design thinking 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

E

Estudo bibliométrico 30, 32

F

Fake news 139, 140, 141, 142, 143, 145

Fãs 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14

Felicidade 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Formação 2, 3, 19, 22, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 56, 58, 59, 62, 66, 71, 93, 124, 129, 136, 147, 152, 154

G

Gestão de arquivos 110, 112, 114, 117, 119, 120

Gestão do conhecimento 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121

I

Informação contábil 17, 18, 19, 23, 24, 25, 27, 28

Infraestrutura urbana 68

Inovação 15, 43, 45, 48, 49, 50, 120

Internet 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 16, 47, 64, 89, 90, 91, 93, 140, 142, 146, 147, 148, 149, 159

J

João pessoa 15, 110, 112, 113, 114, 119

José Augusto “Sergipano” 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13

L

Linguagem 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 124, 126, 129, 137, 138

M

Mediação 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 138

Mediação cultural 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Memória 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 26, 68, 69, 82, 83, 98, 103, 105

Mobilização social 68

N

Netnografia 1, 2, 4, 7, 15

O

ONGs 51, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66

Ontologia 96, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Organizações 18, 19, 20, 21, 24, 26, 28, 51, 52, 54, 55, 57, 66, 71, 89, 92, 106, 107, 108, 110, 111, 117, 119, 120, 123, 127, 132, 133, 135, 148, 149, 155, 156, 158

P

Pensamento crítico 23, 29, 96, 97, 106, 107, 108

Periferia 68

Pesquisa bibliográfica 17, 19, 33, 98

Produção científica 30, 32, 33, 41, 85, 90, 145

R

Rede social 2, 57, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83

Rio de Janeiro 14, 50, 51, 52, 58, 59, 64, 65, 67, 94, 95, 109, 121, 137, 138, 145

S

Saúde 24, 54, 58, 71, 75, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 159

T

Tecnologias da informação 24, 26, 43, 110, 111, 112, 114, 119, 120

Teoria da complexidade 85, 90, 91

Teste kruskal-wallis 116, 117, 118

Teste não paramétrico 110, 113, 115, 116, 117, 118

Trabalho 3, 4, 13, 18, 31, 32, 37, 38, 40, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 64, 66, 68, 71, 73, 75, 79, 81, 82, 85, 86, 88, 106, 111, 113, 120, 122, 123, 124, 127, 128, 137, 138, 144, 148, 149

Transformação social 51, 57, 66, 152

Três carneiros 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84

U

Unidades de informação 96, 97, 106, 107, 108

Usuário 22, 26, 28, 157

V

Vulnerabilidade social 51, 52, 59, 66

 **Atena**
Editora

2 0 2 0